

Edital de Licitação

Pregão Eletrônico n° 02/2022
Processo Licitatório n° 30/2022

Aquisição de mudas frutíferas, conforme o programa Municipal de Incentivo a Vitivinicultura e Fruticultura, listado na Lei Municipal n° 682/2015.

O **Município de Santa Cecília do Sul**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Rua Porto Alegre, 591, na cidade de Santa Cecília do Sul - RS, nos termos da lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e do **Decreto n° 1.617/2021, de 28 de julho de 2021**, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, **torna público** que se encontra aberta a Licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico**, nos seguintes termos:

1. Disposições Preliminares

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases;

1.2 O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo os trabalhos conduzidos pelo Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, designados pela **Portaria n° 382 de 17 de novembro de 2021**, podendo ser assessorada por técnicos quando necessário, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico;

1.3 Cadastramento das Propostas e envio de Documentos no site: 04 de julho de 2022 às 08h00min até 14 de julho de 2022 às 13h29min.

1.4 Início da Fase de Lances/Disputa do Pregão Eletrônico: 14 de julho de 2022 às 13h30min.

1.5 Tempo de disputa: 15 minutos;

1.6 Formalização de consultas: observando o prazo legal, a licitante poderá consultar por mensagem eletrônica (e-mail), informando o número do pregão eletrônico;

1.7 Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília-DF;

Obs.: a licitante deverá observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2. Do Objeto

2.1. Constitui-se objeto desse edital a aquisição de mudas frutíferas para atendimento do Programa Municipal de Incentivo a Vitivinicultura e Fruticultura, listado na Lei Municipal nº 682/2015, conforme quantitativos e descrições contidas no Anexo I deste Edital.

2.2. As mudas devem estar embaladas em sacos plásticos individuais contendo terra de boa qualidade e quantidade suficiente para a planta.

2.3. A licitante vencedora deverá entregar as mudas separadas por pedidos realizados na Secretaria Municipal da Agricultura, com o nome de cada solicitante.

2.4. Não serão aceitas mudas quebradas, nem mudas amareladas, as quais apresentam algum tipo de doença ou retardamento em seu desenvolvimento.

2.5. A empresa licitante fica responsável por toda a mão-de-obra necessária para a carga, descarga e separação do produto ora licitado.

3. Das Condições de Participação

3.1. Poderá participar do certame a pessoa jurídica que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação.

3.2. Não será permitida a participação de empresas:

3.2.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

3.2.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

3.2.5. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10 da Lei 9.605/98;

3.2.6. Declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo.

4. Do Credenciamento

4.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

4.5. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. Da Participação

5.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, emitido nos termos do subitem 4.1 deste edital e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limites estabelecidos;

5.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

5.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.4. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. As licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos pelas Leis 123/06 e 11.488/07 e Lei complementar 147/14, deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da lei, de que cumprem com os requisitos legais para a qualificação como cooperativa, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apto a usufruir o tratamento

diferenciado e estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar 123/06 e Lei Complementar 147/14 ou da Lei 11.488/07.

5.5.1. As licitantes que se declarem beneficiárias da Lei Complementar 123/06, Lei complementar 147/14 e Lei 11.488/07 e **NÃO** comprovarem os requisitos legais para tal enquadramento serão inabilitadas, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista no edital e legislação pertinente.

5.5.2. Os licitantes que se declarem enquadrados e **NÃO** estiverem, poderão estar sujeitas às sanções previstas no edital e legislação pertinente.

5.6. A comprovação dos requisitos tratada no item 5.5 se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigida no item 11 deste edital.

6. Das Impugnações e Esclarecimentos

6.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, bem como solicitar esclarecimentos referentes a este processo licitatório.

6.2. Os eventuais pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico em formulário específico do provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação e responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

6.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando eventual alteração do edital não afetar a formulação das propostas.

6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo provedor do sistema e vincularão os participantes e a administração.

6.8. Não será reconhecida a impugnação apresentada fora do prazo legal, e/ou subscrita por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.

7. Da Proposta de Preços

7.1. A proposta deverá conter:

7.1.1. Preço Unitário, conforme descrições no anexo II, expresso em reais, com até 02 (Duas) casas decimais, **não podendo ser superior ao valor de referência**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta, até a efetiva entrega do objeto licitado;

7.1.2. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer rigorosamente ao descritivo dos itens, sem qualquer alteração quanto à ordem, características e quantidades dos mesmos, sob pena de desclassificação da proposta.

7.2. A proposta deverá obedecer ainda aos seguintes critérios:

7.2.1. Indicar o prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 60 (Sessenta) dias;

7.2.2. Conter **Dados da Empresa e Dados do Administrador**;

7.2.3. Deverá apresentar preço unitário líquido, indicado em moeda nacional com 2 (duas) casas decimais;

7.2.4. Nos preços propostos serão consideradas todas as obrigações previdenciárias, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributárias, material, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

7.2.4.1. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para aquisição do produto, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante;

7.2.5. Prazo de fornecimento: 30 dias.

7.3. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital;

7.4. O Município é considerado consumidor final, sendo que a licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, VII, b, da Constituição Federal de 1988;

7.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem as exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações, no todo ou em parte;

b) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos praticados no mercado, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

c) Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado.

d) A licitante deverá cotar todos os itens, sob pena de desclassificação.

7.6. Após a negociação do preço, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (Vinte e Quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, contendo o valor unitário e total para cada item que compõe o lote.

8. Da Formulação de Lances

8.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), o licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto/fechado.

8.3. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31 do decreto 10.024/19, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.3.1. Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.3.2. Encerrado o prazo de que trata o § 1º do artigo 33 do decreto 10.024/19, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.3.3. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o § 2º do art. 33 do decreto 10.024/19, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.3.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e 3º do art. 33 do decreto 10.024/19, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.3.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e 3º do art. 33 do decreto 10.024/19, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

8.3.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º do art. 33 do decreto 10.024/19.

8.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior à 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá início somente após a comunicação expressa aos participantes.

8.6. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance com menor valor total do obtido, como decidir sobre sua aceitação.

9. Do Julgamento das Propostas

9.1. Após a análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

9.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.3. Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.3.1. Será analisado o menor preço/valor sobre os produtos requisitados pela Administração.

9.3.2. O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

9.4. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa

de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.4.2. O Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 05 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido;

9.4.3. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.4.4. No caso de equivalência dos valores apresentado pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no caput desta condição, o Sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro passará para análise dos documentos de habilitação.

10. Dos Recursos

10.1. Ao final da sessão, qualquer licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro da síntese das suas razões em até 10 (dez) minutos, devendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do(s) item(ns), pelo Pregoeiro, ao vencedor do certame;

10.3. Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por

representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital;

10.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

10.4.1. As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 10.1, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul;

10.4.2. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

10.5. Os recursos contra a decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

10.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.7. Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o respectivo item para a licitante vencedora do certame;

11. Da Habilitação

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal e Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

11.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta (conforme prevista neste Edital) adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.3. Os licitantes deverão incluir na plataforma a seguinte documentação:

11.3.1. Habilitação Jurídica

I. Registro comercial, no caso de empresa individual;

II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

III. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

IV. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

V. Cédula de identidade do(s) representante(s) legal(is) da empresa.

11.5.2. Para comprovação da regularidade fiscal (Art.29 da Lei Federal nº 8666/93):

11.5.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**;

11.5.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.2.3. Prova da regularidade para com a **Fazenda Federal** mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federal e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda nacional / Receita Federal do Brasil;

11.5.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

11.5.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei;

11.5.2.6. Prova regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

11.5.3. Para comprovação da regularidade trabalhista (Art.29 da Lei Federal nº 8666/93):

11.5.3.1. Prova de inexistência de Débitos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.5.4. Para comprovação da qualificação econômico-financeira (Art.31 da Lei Federal nº 8.666/93):

11.5.4.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedido no domicílio da pessoa física, com data máxima de 60 dias anteriores a realização desse processo.

11.5.5. Declarações

11.5.5.1. Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII, combinado com o art. 27, V da Lei Federal nº 8666/93 **(Anexo III)**;

11.5.5.2. Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do Decreto 10.024/2019, **(Anexo IV)**;

11.5.5.3. Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, **(Anexo V)**, assinada por representante(s) legal(is) da empresa;

11.5.5.4. Declaração que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, **(Anexo VI)**;

11.5.6.5. Declaração sob as penas da Lei, firmada por profissional devidamente registrado no CRC ou representante legal, atestando enquadramento como ME ou EPP, caso tenha utilizado dos benefícios de que trata a Lei complementar nº 123 de 14/12/2006, **(Anexo VII)**.

Obs.: Caso as Declarações citadas nos subitens 11.5.6.1 a 11.5.6.5, não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no Ato Constitutivo, as mesmas deverão vir acompanhadas de "Procuração" que conceda poderes ao signatário das Declarações.

11.6. Os documentos deverão ser apresentados em fotocópia autenticada. Os expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou também cópia reprográfica autenticada. Entretanto, sujeitar-se-ão a verificação de suas autenticidades através de consulta realizada pelo Pregoeiro.

11.7. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

11.8. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias.

11.9. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, os documentos de

habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.10. Em caso de dúvida sobre a autenticidade de documento, o Pregoeiro poderá solicitar o envio dos documentos originais e/ou suas devidas cópias autenticadas.

12. Da Adjudicação

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12.2. Não serão aceitos dos itens licitados, em desacordo com as especificações do edital.

12.3. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.4. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas os demais licitantes ficarão intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

13 - Da Dotação Orçamentária

13.1. As despesas do objeto desta contratação serão subsidiadas com recursos consignados na seguinte dotação orçamentária e será da lei-de-meios do exercício de 2022, suplementada se necessário:

08.01 - Secretaria da Agricultura

3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

1120 - Prog. Incentivo Vitivinicultura e Fruticultura

14 - Do Contrato

14.1. Fica dispensada a lavratura de instrumento de contrato, como autoriza o artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo este ser substituído pela Nota de Empenho da despesa, em razão de que a entrega do objeto deverá ser imediata e de forma integral.

15. Das Condições Para Fornecimento

15.1. A licitante vencedora deverá entregar as mudas separadas por pedidos realizados na Secretaria Municipal da Agricultura, com o nome de cada solicitante.

15.2. As Mudas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras de Santa Cecília do Sul, sito a Rua Porto Alegre, 537, sem que isso implique em custo adicional ao Município, no prazo máximo de 20 (Vinte) dias, podendo ser prorrogado, mediante solicitação por escrito, devidamente justificada e aceita pela Administração Municipal;

15.2.1. Além da entrega no local designado pelo Município, a licitante vencedora também terá que descarregar o objeto licitado, devendo ser recebido e acompanhado por responsável indicado pela Secretaria Municipal da Agricultura.

15.2.2. Não será aceito na entrega, mudas que não contemple todas as características constantes deste Edital, da proposta vencedora.

16. Da Fiscalização

16.1. A fiscalização da entrega objeto será exercida pelo Secretário Municipal da Agricultura, ou por outro representante, devidamente designado para esse fim, com autoridade para exercer, como representante da Administração do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, para posterior atesto da Nota Fiscal e pagamento.

16.2. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

17. Das Condições de Pagamento e Reajustamento

17.1. De posse da Fatura e da Nota Fiscal o Serviço Financeiro programará o pagamento para até 30 (trinta) dias após o recebimento da mesma.

17.2. A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o art. 71, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

a) Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independentemente da garantia ofertada, serão retidos, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

17.3. Os valores da proposta não sofrerão quaisquer reajustes, nos termos da Lei 9.069/95 e Lei 10.192 de 14/02/2001.

18. Das Penalidades

18.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar com a administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias após o qual será considerado inexecução contratual;

e) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um ano);

f) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 02 (dois anos);

g) As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

19 - Da Anulação e Revogação

19.1. Por razões de interesse público, ou em decorrência de fato superveniente, a Administração poderá revogar ou anular a presente licitação, sem que tal ato possa gerar obrigação de

indenização, ressalvando o disposto no parágrafo único, do art. 59 da Lei Federal 8.666/93.

19.2. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

19.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

20 - Das Disposições Gerais

20.1. Nenhuma indenização será devida as licitantes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

20.2. A apresentação da proposta de preços será considerada como evidência de que a Licitante examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la, e considerou que os elementos desta licitação lhe permitam a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

20.3. É **facultada** ao Pregoeiro e Equipe de Apoio em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

20.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderão solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação.

20.5. Atendida a conveniência administrativa, fica o licitante vencedor obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

20.6. No caso de necessidade de alteração deste Edital, antes do dia e hora marcados para abertura das propostas, poderá ocorrer prorrogação, respeitando-se o número de dias decorridos a partir do último aviso publicado e utilizando-se dos meios anteriormente adotados para a nova divulgação.

20.7. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, reservando-se ainda no interesse do Município de Santa Cecília do Sul - RS, por conveniência administrativa, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- adiada sua abertura;

- alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das licitantes.

20.8. Ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a Licitação fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.

20.9. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

20.10. A participação nesta licitação implicará em plena aceitação aos termos e condições deste Edital, bem como das normas administrativas vigentes.

20.11. A licitante deverá manter durante o período de vigência do contrato, todas as condições exigidas na fase de habilitação.

20.12. O Edital poderá ser adquirido junto ao endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e www.santaceciliadosul.rs.gov.br.

20.13. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida, tenha acesso ao portal.

20.13.1. O credenciamento junto ao órgão provedor deverá ser feito no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico.

20.13.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

20.13.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante, ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

20.13.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Administração, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrente de uso indevido da senha ainda que por terceiros.

20.14. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

20.15. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições do referido lance, e caso esse lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

20.16. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

20.17. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante.

20.18. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

20.19. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.20. O resultado desta licitação será lavrado em ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

10.21. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.22. No interesse do Município, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

21. São anexos deste Edital

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7º da Constituição Federal;

Anexo IV - Modelo de Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação;

Anexo V - Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Conhecimento;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP;

Anexo VIII - Modelo de Procuração.

22. Disposições Finais

22.1. Quaisquer informações ou dúvidas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito ao Município de Santa Cecília do Sul, setor de licitações, sito a Rua Porto Alegre, 591, pelo e-mail: licitacao@santaceciliadosul.rs.gov.br, ou pelo fone (54) 3196-8535, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

23. Do Foro

23.1. Fica eleito, o Foro da Comarca de Tapejara-RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Santa Cecília do Sul - RS, 01 de julho de 2022.

João Sirineu Pelissaro
Prefeito Municipal

Anexo I**Pregão Eletrônico nº 02/2022****Termo de Referência****1. Do Objeto**

1.1. Constitui-se objeto desse edital a aquisição de mudas frutíferas para atendimento do Programa Municipal de Incentivo a Vitivinicultura e Fruticultura, listado na Lei Municipal nº 682/2015, conforme quadro abaixo:

Lote	Qtde	UN.	Espécie
01	12	UN.	Ameixeira Amarelinha
	13	UN.	Ameixeira Kelsey
	02	UN.	Ameixeira Leticia
	01	UN.	Ameixeira Nectarina
	01	UN.	Ameixeira Nêspera Enxertada
	19	UN.	Ameixeira Pluma 7
	08	UN.	Ameixeira Rainha Claudia
	04	UN.	Ameixeira Sanguínea
	02	UN.	Ameixeira Santa Rita
	01	UN.	Amora de Árvore
	01	UN.	Amora Preta
	01	UN.	Ariticum
	05	UN.	Bergamoteira Cai
	07	UN.	Bergamoteira Céu
	08	UN.	Bergamoteira Comum
	02	UN.	Bergamoteira Dancy Agosto
	02	UN.	Bergamoteira Dekopon
	07	UN.	Bergamoteira Montenegrina
	07	UN.	Bergamoteira Murcoth Agosto
	16	UN.	Bergamoteira Okitsun
	16	UN.	Bergamoteira Ponkan
	27	UN.	Caquiizeiro Chocolate Branco
	19	UN.	Caquiizeiro Chocolate Preto
	03	UN.	Caquiizeiro Coração de Boi
	01	UN.	Caquiizeiro Rama Forte
	01	UN.	Castanha
	01	UN.	Chia
	08	UN.	Figueira Branco
	11	UN.	Figueira Preto
	13	UN.	Figueira Roxo Valinhos
	02	UN.	Fruta do Conde
	01	UN.	Goiaba Enxertada
01	UN.	Goiaba Serrana	
01	UN.	Goiaba Tailandesa	

03	UN.	Guabiju
01	UN.	Guabiroba
07	UN.	Jabuticaba Híbrida
31	UN.	Kiwi Fêmea
10	UN.	Kiwi Macho
07	UN.	Laranjeira Céu
02	UN.	Laranjeira Comum
04	UN.	Laranjeira Natal Suco
08	UN.	Laranjeira Sanguínea
17	UN.	Laranjeira Umbigo Cedo
13	UN.	Laranjeira Umbigo Tardia
07	UN.	Laranjeira Valencia
01	UN.	Lichia
03	UN.	Lima Pérsia
01	UN.	Limoeiro Galego
04	UN.	Limoeiro Siciliano
13	UN.	Limoeiro Taiti
01	UN.	Louro
01	UN.	Macieira Brasil
01	UN.	Macieira Eva
03	UN.	Macieira Fuji
04	UN.	Macieira Galla
04	UN.	Manga Enxertada
01	UN.	Maracujá
04	UN.	Nós Pecan
41	UN.	Parreira Bordo
03	UN.	Parreira Clone
35	UN.	Parreira Francesa
33	UN.	Parreira Isabel
03	UN.	Parreira Isis
43	UN.	Parreira Niagara Branca
51	UN.	Parreira Niagara Rosa
04	UN.	Parreira Pinot
13	UN.	Parreira Rainha Itália
20	UN.	Parreira Rubi
02	UN.	Parreira Vênus
18	UN.	Pereira D'água
02	UN.	Pereira Leconte
02	UN.	Pessegueiro Cardeal
03	UN.	Pessegueiro Chimarrita
09	UN.	Pessegueiro Chiripá
02	UN.	Pessegueiro Coral
26	UN.	Pessegueiro Delicioso

	04	UN.	Pessegueiro Marli Rosado
	05	UN.	Pessegueiro Premier
	02	UN.	Pessegueiro Riograndence
	01	UN.	Pessegueiro Sulina Novembro
	02	UN.	Pessegueiro Topázio
	01	UN.	Pitaia
	02	UN.	Pitanga
	07	UN.	Romã

2. Da Qualidade

2.1. As mudas devem estar embaladas em sacos plásticos individuais contendo terra de boa qualidade e quantidade suficiente para a planta.

2.2. Não serão aceitas mudas quebradas, nem mudas amareladas, as quais apresentam algum tipo de doença ou retardamento em seu desenvolvimento.

3. Da Entrega

3.1. As Mudas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras de Santa Cecília do Sul, sito a Rua Porto Alegre, 537, sem que isso implique em custo adicional ao Município, no prazo máximo de 20 (Vinte) dias, podendo ser prorrogado, mediante solicitação por escrito, devidamente justificada e aceita pela Administração Municipal;

3.2. Além da entrega no local designado pelo Município, a licitante vencedora também terá que descarregar o objeto licitado, devendo ser recebido e acompanhado por responsável indicado pela Secretaria Municipal da Agricultura.

3.3. A licitante vencedora deverá entregar as mudas separadas por pedidos realizados na Secretaria Municipal da Agricultura, com o nome de cada solicitante.

3.4. A empresa licitante fica responsável por toda a mão-de-obra necessária para a carga, descarga e separação do produto ora licitado.

4. Do pagamento

4.1. De posse da Fatura e da Nota Fiscal o Serviço Financeiro programará o pagamento para até 30 (trinta) dias após o recebimento da mesma.

4.2. A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o art. 71, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

a) Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independentemente da garantia ofertada, serão retidos, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

4.3. Os valores da proposta não sofrerão quaisquer reajustes, nos termos da Lei 9.069/95 e Lei 10.192 de 14/02/2001.

5. Das obrigações da contratante

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

5.1.2 Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

5.1.4 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

5.1.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. Das obrigações da contratada

6.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

6.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes: à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade.

6.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.5 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, frete, seguro, e, eventuais perdas ou danos.

6.8 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações edilícias ou legais a que estiver sujeito.

6.9 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste Edital.

6.10 Responsabilizar-se pelo pagamento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando ao Município o direito de deduzir, dos valores a serem pagos à empresa, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos.

6.11 Substituir o produto recusado pelo destinatário, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais constantes do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 30 (trinta), contados a partir da data do recebimento da notificação do Município, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos itens/lotos recusados.

6.12 Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.13 Respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

7. Das penalidades

7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar com a administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias após o qual será considerado inexecução contratual;

e) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e

o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um ano);

f) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 02 (dois anos);

g) As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

8. Do valor de referência

8.1 R\$ 17.996,60 (Dezessete Mil, Novecentos e Noventa e Seis Reais e Sessenta Centavos).

8.2 O valor a ser contratado tem como limite a média aritmética dos valores praticados no mercado.

Anexo II

Pregão Eletrônico nº 02/2022

Proposta de Preço

Dados da Empresa

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			Nº
Bairro:		Cidade:	CEP:
Telefone:		E-mail:	

Dados do Administrador

Sócio Administrador:			
CPF:		RG:	Endereço:
Bairro:		Cidade:	CEP:
Telefone:		E-mail:	

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico nº 02/2022, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Lote	Qtde	Unid.	Espécie	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
01	12	UN.	Ameixeira Amarelinha		
	13	UN.	Ameixeira Kelsey		
	02	UN.	Ameixeira Leticia		
	01	UN.	Ameixeira Nectarina		
	01	UN.	Ameixeira Nêspira Enxertada		
	19	UN.	Ameixeira Pluma 7		
	08	UN.	Ameixeira Rainha Claudia		
	04	UN.	Ameixeira Sanguínea		
	02	UN.	Ameixeira Santa Rita		
	01	UN.	Amora de Árvore		
	01	UN.	Amora Preta		
	01	UN.	Ariticum		
	05	UN.	Bergamoteira Cai		
	07	UN.	Bergamoteira Céu		
	08	UN.	Bergamoteira Comum		
02	UN.	Bergamoteira Dancy Agosto			

02	UN.	Bergamoteira Dekopon		
07	UN.	Bergamoteira Montenegrina		
07	UN.	Bergamoteira Murcoth Agosto		
16	UN.	Bergamoteira Okitsun		
16	UN.	Bergamoteira Ponkan		
27	UN.	Caquizeiro Chocolate Branco		
19	UN.	Caquizeiro Chocolate Preto		
03	UN.	Caquizeiro Coração de Boi		
01	UN.	Caquizeiro Rama Forte		
01	UN.	Castanha		
01	UN.	Chia		
08	UN.	Figueira Branco		
11	UN.	Figueira Preto		
13	UN.	Figueira Roxo Valinhos		
02	UN.	Fruta do Conde		
01	UN.	Goiaba Enxertada		
01	UN.	Goiaba Serrana		
01	UN.	Goiaba Tailandesa		
03	UN.	Guabiju		
01	UN.	Guabiroba		
07	UN.	Jabuticaba Híbrida		
31	UN.	Kiwi Fêmea		
10	UN.	Kiwi Macho		
07	UN.	Laranjeira Céu		
02	UN.	Laranjeira Comum		
04	UN.	Laranjeira Natal Suco		
08	UN.	Laranjeira Sanguínea		
17	UN.	Laranjeira Umbigo Cedo		
13	UN.	Laranjeira Umbigo Tardia		
07	UN.	Laranjeira Valencia		
01	UN.	Lichia		
03	UN.	Lima Pérsia		
01	UN.	Limoeiro Galego		
04	UN.	Limoeiro Siciliano		

13	UN.	Limoeiro Taiti		
01	UN.	Louro		
01	UN.	Macieira Brasil		
01	UN.	Macieira Eva		
03	UN.	Macieira Fuji		
04	UN.	Macieira Galla		
04	UN.	Manga Enxertada		
01	UN.	Maracujá		
04	UN.	Nós Pecan		
41	UN.	Parreira Bordo		
03	UN.	Parreira Clone		
35	UN.	Parreira Francesa		
33	UN.	Parreira Isabel		
03	UN.	Parreira Isis		
43	UN.	Parreira Niagara Branca		
51	UN.	Parreira Niagara Rosa		
04	UN.	Parreira Pinot		
13	UN.	Parreira Rainha Itália		
20	UN.	Parreira Rubi		
02	UN.	Parreira Vênus		
18	UN.	Pereira D'água		
02	UN.	Pereira Leconte		
02	UN.	Pessegueiro Cardeal		
03	UN.	Pessegueiro Chimarrita		
09	UN.	Pessegueiro Chiripá		
02	UN.	Pessegueiro Coral		
26	UN.	Pessegueiro Delicioso		
04	UN.	Pessegueiro Marli Rosado		
05	UN.	Pessegueiro Premier		
02	UN.	Pessegueiro Riograndence		
01	UN.	Pessegueiro Sulina Novembro		
02	UN.	Pessegueiro Topázio		
01	UN.	Pitaia		
02	UN.	Pitanga		

07	UN.	Romã		
----	-----	------	--	--

Proposta	
Valor Total	R\$

Declara, sob as penas da lei que:

a) Nesta proposta estão inclusos, ficando sob minha responsabilidade, todos os custos e despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, custos administrativos, serviços de entrega, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários, ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

b) Prazo de entrega: 20 dias;

c) Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

_____, _____ de _____ de 2022.

[assinatura do representante legal/procurador da licitante]

[nome, RG, CPF, cargo]

[Carimbo]

Anexo III

Pregão Eletrônico nº 02/2022

Declaração de Cumprimento ao Art. 7º Da Constituição Federal

_____ (Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº (MATRIZ) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2022.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Anexo IV

Pregão Eletrônico nº 02/2022

Declaração de Habilitação

A empresa **(Razão Social da Licitante)**, CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, **(Bairro/Cidade)**, através de seu **(Diretor ou Representante Legal)**, **(Nome/RG)**, declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do Decreto 10.024/2019.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ 2022.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

Anexo V

Pregão Eletrônico nº 02/2022

Declaração de Idoneidade

A empresa **(Razão Social da Licitante)**, CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, **(Bairro/Cidade)**, através de seu **(Diretor ou Representante Legal)**, **(Nome/RG)**, declara, sob as penas da Lei, que:

- a)** Não foi declarada inidônea ou suspensa de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo;
- b)** Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c)** Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d)** Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2022.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

Anexo VI
Pregão Eletrônico nº 02/2022

Declaração de Conhecimento

A empresa **(Razão Social da Licitante)**, CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, **(Bairro/Cidade)**, através de seu **(Diretor ou Representante Legal)**, **(Nome/RG)**, declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ 2022.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

Anexo VII

Pregão Eletrônico nº 02/2022

Declaração de Enquadramento

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida na _____, declara, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() **Microempresa**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº123/06;

() **Empresa de pequeno porte**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº123/06;

() **Microempreendedor individual**, cujo valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado no art. 18-A, § 1º e suas alterações, da Lei Complementar nº123/06 e suas alterações; não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma lei; exerce tão somente atividades constantes do Anexo XIII da Resolução CGSN nº 94 de 29 de novembro de 2011;

() **Cooperativa**, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº123/06 (art. 34 da lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007).

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ 2022.

[Contador]

CRC:

[Carimbo]

Anexo VIII

Pregão Eletrônico n° 02/2022

Procuração

Outorgante: _____, (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° _____) ou (pessoa física, inscrita no CPF sob o n° _____), com sede na Rua _____, n° _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado do _____, (neste ato representado) pelo(a) (sócio/diretor/procurador), Sr. (a) _____ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG n° _____ e do CPF n° _____, residente e domiciliado na Rua _____, n° _____, na cidade de _____, Estado do _____.

Outorgado: Sr. (a) _____ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG n° _____ e do CPF n° _____, residente e domiciliado na Rua _____, n° _____, na cidade de _____, Estado do _____.

Poderes: ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente no (Modalidade do Processo e Número), do Município de Santa Cecília do Sul - RS, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

_____, _____ de _____ de 2022.

Outorgante

Nome:

CPF:

RG:

Outorgado

Nome:

CPF:

RG: